

## Ecoss do II Congresso da CPT: “consensos que dão força”<sup>1</sup>.

Flávio Lazzarin – CPT Maranhão/ CONAC

Luciano Bernardi – CPT Bahia

Ruben Siqueira – CPT Bahia - São Francisco / Coletivo Nacional de Formação

Sandro Galazzi – CPT Amapá / Coletivo Nacional de Formação

1. “**Não se trata de uns gatos pingados**” – o número de participantes, no II Congresso da CPT, em torno de um mil, deu peso e segurança. Mais ainda quando se imaginam quantos atrás destes, nos quatro cantos do imenso Brasil camponês... Nem se trata – confundidos com o local, a bela Vila Boa de Goiás, tombada como patrimônio da humanidade – de um punhado de relíquias históricas<sup>2</sup>, ultrapassadas pela pós-modernidade neoliberal, suscitantas de mero interesse folclórico ou compaixão... “*Foi um evento. Um evento construtivo e participativo, expressivo das diversidades, de experiências, lutas, biomas, regiões, etnias... Um consenso que dá força, algo que, nos dias que correm, de um pluralismo dispersivo, não é muito fácil de achar*”, disse D. Tomáz Balduino, presidente da CPT.

### Participantes do II Congresso

Total	986
Trabalhadores	601
Agentes	323
Convidados	50
Bispos	12
Homens	579
Mulheres	407
Igrejas	3
Pessoas em equipes de serviço	200

2. No entanto, para além do ânimo renovado e mesmo em função deste, é preciso detectar **que rumos aponta** este “*consenso que dá força*”. Que consensos são e para fazer o quê dão força? Porque o Congresso da CPT, celebração principal de seus 30 anos – “*fiel ao Deus dos pobres a serviço dos povos da terra*”, como rezava seu lema – não é um evento que se esgota em si mesmo, mas objetiva nos lançar para frente, no cumprimento na Missão, ecoando em decisões de planejamento e ação, que a hora exige.

3. O II Congresso deu-se no contexto da eclosão da **crise política**, desencadeada pelas denúncias de corrupção contra o PT e o governo Lula. Mais do mesmo de sempre, na pior tradição da política brasileira. Desta vez, porém, era maior a dose de decepção e indignação, ainda que muito da crise seja manipulação da oposição de direita, com respaldo da grande imprensa... É que até então o PT e Lula eram tidos e havidos como principais expressões políticas (partidário-eleitorais) do trabalho popular em que se empenharam a CPT e tantas outras entidades suas contemporâneas.

Esta moldura influenciou o desenrolar do Congresso, pela repercussão no pensamento e no ânimo dos congressistas – camponeses e camponesas e agentes, maioria simpatizante ou mesmo militante do PT. Era um desafio à compreensão e apelo à continuidade da caminhada, esforço de passagem da perplexidade à renovação da esperança – experiência também de fé, como em tantas passagens bíblicas e em tantas expressões históricas e culturais de uma vida que teima em renascer das cepas *afro-ameríndias*.

4. “*O Congresso foi pensando para ser num contexto de **crise civilizatória** e acabou realizado num contexto de crise política*”, disse Roberto Malvezzi, o Gogó, da Coordenação Nacional. Está em cheque a forma

<sup>1</sup> Elaborados a partir das avaliações feitas pelas Coordenações Nacional e do Congresso, em 1/8/05, e pelos Coordenadores Regionais e Coletivo Nacional de Formação, em 18-22/10/05, ambas em Goiânia/GO.

<sup>2</sup> “*O camponês quer ser projeto e não relíquia*”, disse com muita ênfase um camponês mexicano, de Querétaro, diante de Raul Jungmann, então Ministro do Desenvolvimento Agrário, no simpósio sobre reforma agrária e agricultura familiar promovido pelo IBASE, no Rio de Janeiro, em maio de 1997.

moderna de política, pela representação democrática e republicana, gerada e sustentada pela civilização ocidental moderna, a partir da Revolução Francesa. No atual estágio do capitalismo global, as representações políticas formais não mais dão conta dos interesses de seus representados, que não obstante continuam votando e pagando impostos e esperando... E é neste contexto que a esquerda chega (pôde chegar) ao governo, quando o Estado já é mínimo e já não tem tanto poder, e o que tem também se submete – ao (novo) Império, dos EUA da era Bush, expressão política do domínio econômico de uma minoria de conglomerados empresariais sem pátria. Nosso Congresso se deu sob a poeira de mais “muro caindo”...

5. Apesar dos descaminhos da conjuntura – algo que eclode a partir das cúpulas e direções políticas –, o II Congresso mostrou que **o povo continua**, não desanima, tem esperança. No cotidiano da dura luta pela sobrevivência, no campo e na cidade, o povo se reinventa. Comprovado também pela *história*, poderia se dizer que o povo segue, apesar dos líderes que cria na caminhada, para a caminhada... E trouxe, no Congresso, uma vez que este lhe deu voz, o que há de mais positivo na realidade atual – a histórica e sempre esperada resistência popular. E isto – pôde-se sentir lá – é uma imensa vibração de vida e pela vida. Coisa de Deus, com certeza!

6. As marcas mais fortes do contexto religioso atual talvez sejam o individualismo pragmático e o espiritualismo alienante, descolados da realidade como experiência coletiva. O **contexto eclesial** mais amplo refletia ainda, à época do Congresso, os holofotes projetados sobre o recém finado “grande papa”, João Paulo II, que “fez” seu sucessor no Cardeal Ratzinger, da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Sintomáticas suas exéquias televisionadas, como a de um Chefe de Estado, saudado por inédita multidão presente, ao mesmo tempo que por inédita afluência de poderosos...

Neste contexto, o Congresso reanimou também a “*Igreja no meio dos pobres*”, reavivou a Teologia da Libertação, pelo menos enquanto, através da CPT, das pastorais populares, das CEBs, estas persistem enraizadas e ainda são queridas, freqüentadas e apoiadas pelo povo. A junção de fé e luta foi uma conquista do povo pobre e cristão, que não se dobra tão facilmente sob os ventos da restauração pré-conciliar. Longe de significar acomodação, isto sugere renovação à CPT, como a brisa da tarde restaura as forças do lavrador que volta cansado da roça...

Como disse o bispo-irmão Pedro Casaldáliga, na bela e tocante mensagem projetada em vídeo no Congresso: na frase “*fiel ao Deus dos pobres, a serviço dos povos da terra*” a CPT encontrou “o seu **lema definitivo**”. A mensagem de dom Pedro teve imediata e sintomática repercussão na grande plenária. No ginásio feito igreja de fitas e cores fortes, sem o recolhimento e as penumbras das catedrais cheirando a vela, fez-se o silêncio profundo que se deve aos testemunhas qualificados da ressurreição e da re-insurreição permanentes, após terem passado pela “grande tribulação”.

7. A CPT é fruto de uma evangelização que **não se coaduna com a teologia nem a metodologia do Império**. Hoje, porém, nem todos dentro das Igrejas aceitam essa posição “radical” (*raiz* no Evangelho). Há aqueles, maioria, que rejeitam a “opção pelos pobres” – que teria ido junto na avalanche que teria sepultado o socialismo e o marxismo de quem seria tributária... Pensam manterem-se neutros, como diz José Comblin, sendo que “quem não quer escolher, já escolheu”, pela “religião do Império”, cuja teologia é a da prosperidade e os métodos os do *marketing*...<sup>3</sup> O “modo CPT”, se assim se pode dizer (nosso jeito de ser Igreja), tem no momento a chance de uma ampla atualização e aprofundamento. Isso pelo diálogo aberto e sincero (*macroecumênico*, diria Casaldáliga) com as práticas religiosas camponesas – suas várias manifestações e vertentes, do catolicismo rural brasileiro e além dele. Além de um revigoramento da fé autenticamente cristã, alimentada pela **espiritualidade da libertação e da solidariedade planetária**.

---

<sup>3</sup> Diz José Comblin (*Quais os desafios dos temas teológicos atuais?*, São Paulo, Paulus, 2005, pp. 8-10): “O tema teológico atual foi-nos imposto pelo império. O império incorporou-nos em seu sistema dominador. Precisamos definir-nos e definir o caminho da evangelização que queremos: com as armas do império, ou pelo diálogo com as religiões do mundo?”.

8. “**Céus e terras novas é a gente que faz, a partir de nossa prática**” foi a fala inspirada e inspiradora do velho camponês do Ceará, no Congresso. Ela incorpora com naturalidade a primazia da *ortopraxis* (o correto pela prática) sobre uma evangelização de catecismos, doutrinamentos, ritos rebuscados, etc. Uma religião mais afeita tanto à vida cotidiana, na dura batalha pela sobrevivência, como aos engajamentos pelas transformações sociais e políticas. Uma espiritualidade de libertação. Inspirada também pela trajetória referencial da Igreja que acolhia o Congresso, a Diocese de Goiás.

9. A **linha martirial** predominou no Congresso, confirmando a tradição da CPT. Porque a luta camponesa e a solidariedade com ela continuam a produzir mártires – a Dorothy Stang foi dedicado o II Congresso, realizado sob sua inspiração testemunhal. E porque – seguimento de Jesus – é a linha martirial a fonte mais profunda de fidelidade ao Deus dos pobres e ao serviço aos povos da terra. Costuma nos lembrar Pedro Casaldáliga que é pelos mártires que se conhece a fidelidade de uma Igreja. E o profetismo, atualmente, aquele que desvenda, denuncia e anuncia, pela palavra corajosa e a prática coerente, anda escasso e urgente.

10. O Congresso refletiu e reforçou esta **confiança do povo do campo na CPT**, como antes já acontecera no I Congresso. E é exatamente esta face de profecia e engajamento, que se faz presença solidária e denúncia destemidas, a que o povo preza na CPT. Pode isto ser interpretado como simplesmente a “face preponderantemente política da CPT”, o que não corresponderia à realidade da experiência de fé e luta de camponeses, camponesas e agentes, Brasil afora. A visão religiosa do mundo, da vida e da luta, com toda contradição que possa ter e equívocos e mal-entendidos que possa provocar, é o segredo da alegre esperança de quem está nesta luta.

11. A **luta do povo jamais passou completa e suficientemente pela via institucional da política**, sempre dominada e manipulada pelas classes dominantes. Quando parecia que, finalmente, o povo ia ser protagonista e diferenciar a prática política, vem a desilusão com o governo conservador e antipopular de Lula e do PT, tanto mais acossado pela direita de sempre, quanto mais a ela se aliou, em busca de uma governabilidade duvidosa. Contudo, este ainda não é um aprendizado das massas. Boa parte dos camponeses e camponesas e mesmo de agentes presentes no II Congresso reagiu contra as críticas muito veementes ao governo atual.

A desconstrução do mito do “Salvador da Pátria” – algo enraizado até as entranhas de uma cultura patriarcal e patrimonial – será necessária, ainda que difícil, dolorosa. Tem a ver com a *educação política* a ser retomada como prioridade e reinventada como metodologia, o que não há mais tantos dispostos a fazer. Mais do que isto, como desafio para o trabalho pastoral da CPT, não havia, como ainda não há, suficiente clareza sobre toda a conjuntura e como atuar nela.

O que não dá mais é deixar-se levar pelo centralismo de partidos, de gabinetes parlamentares e do calendário eleitoral. Estes, mais que potencializar, têm no mais das vezes despolitizado, mal canalizado ou se aproveitado das lutas do povo.

O momento exige a retomada da **formação de militantes** sociais que seja mais intensa e qualificada – pela mística (verdadeira, não instrumentalizada), pela metodologia popular (retomada criativa do trabalho de base que reforça o protagonismo dos camponeses/as) e pela reflexão da prática (sistematização de experiências, produção além do consumo do conhecimento).

12. Facilitado pela metodologia a partir das experiências trazidas de todos os regionais (apesar da preparação falha<sup>4</sup>), o II Congresso sacramentou a **emergência da vida e das lutas populares no campo**. Em especial, destacaram-se as *comunidades camponesas tradicionais*: quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, *geraiseiras*<sup>5</sup>,

---

<sup>4</sup> Preparação falha, por vários motivos, não entre os últimos a correria e a preocupação com o aspecto formal. Privilegiou-se o quantitativo (muitas e variadas experiências em todas as frentes) e menos o qualitativo que podia resultar de um processo mais aprofundado de sistematização e reflexão da prática dos camponeses e camponesas e agentes.

<sup>5</sup> Comunidades que habitam os *Gerais*, os campos quase intransitáveis (devido aos areais) dos Cerrados do Planalto Central.

*faxinalenses*<sup>6</sup>, *fundos de pasto*<sup>7</sup>, e também de agricultores familiares. A permanência histórica delas, contra todos os prognósticos de dissolução, hoje se projeta na pertinência e contemporaneidade de sua “proposta”: produção sustentável de alimentos orgânicos, em harmonia com os processos naturais, baseada em laços familiares e comunitários no trabalho e na convivência, a gerar empregos mais baratos e numerosos, a descomprimir as cidades etc.

13. Esta (re)emergência camponesa, no limiar do Século XXI e do Terceiro Milênio, **confronta o agronegócio**, seus métodos e processos e malefícios, generalizados e exclusivistas, e a ele se opõe como alternativa. Para tanto, reabre a perspectiva da reforma agrária, cuja oportunidade vem sendo sistematicamente negada por sucessivos políticas e governos neoliberais, quando não descaracterizada e desvirtuada, ao submetê-la à linha do mercado, da integração ao agronegócio. Este confronto, que perpassava a temática do II Congresso, embora não tenha sido aí tratado longamente, permanece como o pano de fundo e o objetivo político-econômico do nosso trabalho.

14. Reafirmada no II Congresso, a concepção prática, do campesinato tradicional, de **terra como território e espaço de/da vida** carece ser aprofundada – inclusive teoricamente – e também reforçada no âmbito do trabalho de base e da repercussão política da ação dos movimentos camponeses (em especial, os da *Via Campesina*). Porque esta concepção prática é parte essencial da contribuição contemporânea do campesinato à civilização que se deve gestar, pela perspectiva absolutamente negativa da atual.

Nesta linha, a reforma agrária que ainda faz sentido, e pela qual não abrimos mão de continuar lutando, é a que, além de democratizar a propriedade da terra, reestruture ecologicamente o território, para potencializar os benefícios civilizatórios do campesinato atual.

Contudo, este que recentemente passou a ser um discurso de recuperação do sentido e da importância do campesinato permanece carece explicitação e problematização, antes que ganhe ou enquanto ganha campo e passe a informar ações. Até que ponto a “*concepção de terra como território e espaço de/da vida*” identifica-se de fato com a realidade do camponês e da camponesa ou com seu sonho/projeto? É fruto de uma livre opção ou da falta de opções? É esta a alternativa que o camponês e a camponesa desejam, realmente, para seus filhos e filhas? Ou é e será sempre a proposta de uma minoria profética?

15. Como se pretende, com base em concepções como esta, trabalhar na perspectiva de um “**Projeto Camponês**”, cabem questionamentos sobre até que ponto este “projeto camponês” é mesmo dos camponeses. Ou, melhor, qual o real projeto dos camponeses do Brasil<sup>8</sup>?

Sobre isso, é preciso considerar que os camponeses e camponesas presentes no Congresso tinham características diferenciadoras de seus pares: foram escolhidos e escolhidas pelos agentes da CPT; em sua maioria representavam as bases e os quadros mais de base das organizações associativas, sindicais, dos movimentos, etc (quase não havia quadros dirigentes de federações, coordenações regionais e/ou nacionais); encampam um processo de resistência, de contramão. Será que são realmente representativos do campesinato em geral – do campesinato jovem e letrado, por um lado, e da massa do campesinato distante ou não alcançado pelas organizações formais?

Qual a relação entre o campesinato de subsistência e o campesinato do financiamento bancário e já com alguma relação mais estreita com o mercado? Ainda é o “nosso” camponês? O que pensa o/a camponês/a (às vezes toda a família) dependente da aposentadoria dos mais velhos ou dos programas assistencialistas do governo? O que quer aquele/a que vende sua posse de terra a “testas de ferro” do agronegócio?

Estas questões dizem muito respeito à CPT, que por missão se destina aos mais pobres entre os pobres do campo, cujo “projeto” poderá ser, talvez, apenas continuar (sobre)vivendo... E têm aqueles que, aí

---

<sup>6</sup> Comunidades que habitam os *Faxinais*, no Sul, trechos alongados de campos que penetram as florestas e são de uso comum agro-extrativista.

<sup>7</sup> *Fundos de Pasto* designam comunidades que, na região semi-árida, fazem uso comum de áreas de caatinga, sobretudo, para o criatório coletivo de caprinos e ovinos (*feichos de pasto*, quando o criatório é de gado).

<sup>8</sup> A questão do projeto não ser dos camponeses já era criticada por José de Souza MARTINS no clássico **Os camponeses e a política no Brasil** (Vozes, 1979), especialmente, no capítulo “Os camponeses no projeto dos outros”. Aí também é afirmado que o campesinato brasileiro agiria orientado por receio de uma “volta ao cativeiro”, que não faz tantas gerações que foi abolido...

também, entre os pobres, almejam viabilizar-se econômica e socialmente, a qualquer custo... Como proceder ao diálogo de “projetos”, incluindo aí os “sem projeto” e os “com outro projeto”? Como não impor um projeto político e social e, ao mesmo tempo, possibilitar uma expressão política e social dos camponeses e camponesas que, além de real, seja efetiva. Sem esquecer que esta efetividade requer mediações políticas, as quais também deve refleti-los, *presentificá-los*... Qual o papel da CPT nesta mediação?

**16. Assalariados rurais:** este que sempre foi um desafio para a CPT, nem sempre respondido suficiente e eficazmente, recoloca-se recrudescido e com novas exigências. Por um lado, há o desemprego que aumenta em consequência das novas tecnologias. Por outro lado, o aumento da super-exploração e da precariedade do trabalho, em intensidade e amplitude geográfica, no rastro da expansão da fronteira do agronegócio, como demonstram as estatísticas de conflitos no campo, do nosso Setor de Documentação. O agronegócio afeta duplamente os assalariados rurais. Primeiro, tira-lhes a terra, ao tomar-lhes a que têm ou ao dificultar-lhes o acesso à terra que eles nunca tiveram. Segundo, super-explora o seu trabalho “livre”, em condições de crescente precarização, até a escravidão.

Durante o Congresso, assalariados presentes chegaram a se reunir para trocar experiência e combinar ações. No entanto, a atuação da CPT tem sido esparsa e pontual neste campo, realizada por poucos regionais e em alguns setores apenas, como o da cana e da fruticultura. O que pretendemos? A terra ainda é vista como horizonte para estes trabalhadores e trabalhadoras rurais? A reforma agrária ainda tem sentido para eles e elas e para os desempregados e as desempregadas e para os que têm empregos precários? Certamente para muitos, não para todos. Qual a relação que pode haver entre estes e o Projeto Camponês?

**17. O trabalho escravo**, como já visto, também cresce. E não porque aumentam a sensibilidade e o controle social e político, em boa parte como resultado das nossas Campanhas Nacional e Estaduais de combate. Na verdade, a competitividade mercantil atual induz o capital a artifícios como este, também chamados “não” ou “pré-capitalistas”, o que não é de modo nenhum incompatível nem novidade no capitalismo. O crescimento e a extensão da Campanha a novas regiões de ocorrência demonstram o acerto e a pertinência desta linha de trabalho. Em função disto, vários regionais trouxeram o combate ao trabalho escravo como experiência para o debate em grupos no eixo Direitos no II Congresso. Esta diversidade de situações não estaria já cobrando uma diversificação também das formas de enfrentar este desafio, além da Campanha, formas mais adequadas às especificidades de cada Estado ou região?<sup>9</sup>

**18.** Continua um desafio crucial para o movimento camponês a questão das perspectivas de permanência dos **jovens no campo**. Desafio que tem conotações econômicas, sociais, culturais e políticas. Não se trata apenas de garantir, no campo, progresso econômico, material, se não também acesso a uma educação de qualidade, contextualizada, na contramão da ideologia urbanista, e comprometimento político, adesão à causa e à militância eco-socialista, por exemplo. A juventude cumpre um papel estratégico para a realização de um projeto camponês. Participar ativamente da construção deste projeto é condição básica para o cumprimento deste papel.

**19.** Pelo tema-lema, pelas experiências trazidas dos regionais, pelas falas e celebrações durante o II Congresso, pode-se deduzir que este reforçou a **identidade da CPT como pastoral de serviço** aos mais pobres do campo. No entanto, identidade não é algo imutável; ensina a Sociologia que identidade social é “jogo relações”, como tal, algo dinâmico, que se faz, na dependência não só de uma auto-definição, mas também da definição que os outros fazem, e da inter-relação entre estas definições. Cabe a pergunta: como tem sido atualmente vivida a identidade originária da CPT como serviço pastoral reafirmada uma vez mais? Como se expressou de fato no II Congresso?

As quase 60 experiências de trabalho apresentadas e os discursos sobre elas revelam amplo (e excessivo) leque de frentes de trabalho e atividades, diversidade e rotatividade dos agentes, diferenciação nas formas de pensar e realizar o trabalho, no compreender o papel do agente e de sua inter-relação com os camponeses... É de se perguntar se em tudo isto – reflexo também de grande solicitude e dedicação dos agentes e uma enorme riqueza de experiências educativas, políticas e pastorais – há convergência de identidades ou a

---

<sup>9</sup> Na reflexão sobre assalariados rurais e trabalho escravo, colaborou Montserrat Rodriguez – CPT Bahia.

fragmentação característica dos tempos pós-modernos, que atingiu a maior parte do pensamento e da prática da esquerda – a política, a social e também a pastoral. Sob a identidade reafirmada, qual o eixo político-pastoral, qual o **“projeto” unificador do serviço** na conjuntura atual?

**20.** O **trabalho de base** foi mais uma vez e incansavelmente reafirmado como prioritário e característico da CPT. Sem que se torne, porém, um nome mítico, que a tudo açambarca e encobre, mais ou menos do que aquela *“presença solidária, ecumênica, afetiva e efetiva...”*, que tantos frutos tem gerado nos últimos 30 anos da caminhada dos camponeses no Brasil. Uma defendida *“volta”* ao trabalho de base significa, por primeiro, que este estaria enfraquecido ou mesmo abandonado e, por segundo, que precisa ser retomado com novo vigor, como uma exigência imperiosa do momento.<sup>10</sup>

**21.** A tradicional distinção dos **três eixos Terra, Água, Direitos**, se continuam tendo a capacidade de organizar didaticamente o grande leque de frentes de trabalho e de atividades da CPT, também mostrou, mais uma vez, os seus limites, na hora de organizar a metodologia e o conteúdo do evento.

O entendimento e a criatividade de alguns regionais conseguiram driblar o impasse constituído pela camisa-de-força dos eixos. Por exemplo, colocaram – enfrentando a perplexidade de alguns – uma experiência agroecológica no eixo Direitos, mostrando uma visão unitária da Terra e da Água e uma visão mais ampla da temática dos Direitos, a partir de uma luta camponesa. Os DhESCA – Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – vão se firmando como expressão abrangente das necessidades e das lutas por resolvê-las. Os direitos – é sempre bom lembrar – caem no vazio se não têm a quem e como serem cobrados.

O II Congresso confirmou a necessidade de uma teoria, uma metodologia e uma organização do trabalho que privilegiem **uma abordagem sintética a partir dos povos, dos territórios e dos biomas** – “novidade” que se acentua e vai se tornando exigente. (Exigente também de uma *Teologia da Criação*, sem pretensão de substituir a da Libertação, se não de interagir com ela e completá-la.) E nestes mesmos termos recoloca a questão de como são entendidos os três eixos, às vezes, menos como eixos sobre os quais incidiriam transversalmente todas as ações, e mais como “gavetas” ou “guarda-chuvas” para tudo o que fazemos. Dizer transversais apenas a espiritualidade, a formação, as relações sociais de gênero, etc, é expressão também desta incompreensão. A divisão por eixos complica, se induz a uma compreensão e uma prática estanques e fragmentária, diante do que é na realidade complexo, multidimensional, interdisciplinar e transversal. Ajuda se leva (compreende e atua) a esta realidade.

**22.** O II Congresso nos deixa um forte recado sobre os riscos, relevados na avaliação, de termos duas classes de agentes: os/as que pensam (e mandam) e os/as que fazem (cumprem). Relações muitas vezes permeadas pela diferença de gênero, mal assumida, ainda não suficientemente encarada, pouco avançada, nas relações inter-pessoais e no trabalho popular. É oportuno, enfrentando o tema do **exercício interno do poder**, retomar o apelo profético do companheiro Ranulfo Peloso, que nos convida a fortalecer na CPT a partilha de ideais e práticas socialistas, que são também profundamente evangélicas.

*“Companheirismo é a forma superior de relacionamento entre as pessoas, maior que os laços de sangue. É o gesto humano, fraterno e político de quem crê na capacidade das pessoas, sobretudo, a classe oprimida. Companheirismo é compartilhar o pão e o poder, em todos os espaços da vida, com quem se dispõe à mesma caminhada. É não ter vergonha de falar de seus sonhos e limites e ter a certeza de ser acolhido, escutado, entendido, mesmo quando erra ou quando exige. Certas *relações humanas* e *caridade* negam o companheirismo porque são mecanismos da dominação; elas mantêm a dependência entre quem manda e quem obedece, entre o doador e o *coitado* que recebe e porque aumenta nos pobres o sentimento de inferioridade. O companheirismo se revela especialmente na atenção ao trabalhador que ainda não entendeu a razão de lutar, no tempo dedicado à juventude e às *crianças*, no carinho aos*

<sup>10</sup> Junto com a unidade na diversidade camponesa e o enfrentamento do agro-hidronegócio, a retomada do trabalho de base foi o ponto mais enfatizado na avaliação dos Coordenadores Regionais e do Coletivo Nacional de Formação.

mais *excluídos*, no ombro solidário aos desanimados e no respeito ao *parceiro(a) de vida* e de *caminhada*... Na rotina da vida, na insegurança frente aos desafios e quando bate aquele sentimento de impotência, não raro *a corda arrebenta no seu lado mais fraco* que é a relação pessoal, com colegas de equipe, com a turma da caminhada. Só quem exercita a *fé na vida, fé na gente, fé no que virá* (Gonzaguinha) é capaz de superar a tentação do desânimo, da esperteza, do ciúme, do fuxico, da intriga, do personalismo, e afirmar com a vivência que “*nós podemos tudo, nós podemos mais, vamos lá fazer o que será*” (Gonzaguinha).”

(Ranulfo Peloso, CEPIS)

## A formação, desde o II Congresso

Flávio Lazzarin<sup>11</sup>

O Congresso renova desafios para o processo de formação na CPT. No documento avaliativo são colocadas importantes **afirmações dos participantes**, sugestivas de reflexão antiga e nova sobre a formação, instrumento da reprodução atualizada, contemporânea, da CPT, vale dizer, de seus agentes:

- *“Houve duas linguagens: a da base e a da cúpula”.*

- *“Neste Congresso ficou muito evidente o contraste entre agentes e trabalhadores. Agentes bastante desanimados; por outro lado, os trabalhadores trouxeram bastante animação, esperança em suas experiências”.*

- *“Parece que o que foi importante foi a análise de conjuntura, que na verdade deveria servir de embasamento para os demais trabalhos. Mesmo assim houve várias reações por parte dos congressistas de que os assessores trouxeram somente uma leitura pessimista da conjuntura política”.*

- *“Faltou, depois das palestras dos assessores externos, a mediação d@s companheir@s da CPT que integravam a mesa e que deviam colocar para o plenário elementos para estimular a fala da CPT.*

- *“Para os trabalhadores o importante não é a fala dos assessores ‘de fora’ que falam sobre o agronegócio, mas sim o que a própria CPT fala de si, tem a falar aos trabalhadores”.*

- *“O Congresso serve também como uma avaliação profunda da CPT. Mostra a realidade dos regionais. Deve servir para fazer as mudanças necessárias para que a CPT possa responder à realidade e ao protagonismo dos trabalhadores”.*

- *“A função da CPT é acompanhar os diversos rostos dos camponeses; essa é uma das questões que as diretrizes do Congresso indicam. O desafio é construir alianças estratégicas a partir das necessidades das populações, a partir da base. Casar as populações tradicionais e biomas ajuda a fazer a construção do projeto de agricultura camponesa em contraposição ao agronegócio. Ajuda a afirmar a identidade camponesa”.*

- *“A CPT precisa refletir e sistematizar o que faz”.*

Estes indícios avaliativos põem uma série de questões, que não são recentes, mas que reaparecem num quadro conjuntural diferente do das décadas passadas. Vale a pena ressaltar que a tensão entre agentes e lavradores/as é uma dialética constante da nossa CPT e que é algo de saudável, que nos coloca permanentemente em estado de alerta e de discernimento.

E é bom lembrar que, em nossa história, já tivemos tensões entre a assessoria – “a cúpula pensante” – e a base. Também esta dialética não pode ser eliminada, com a supressão de um dos pólos. Reduziríamos a CPT a uma elite intelectual desligada da prática pastoral – ou, pior ainda, burocratizada – ou a um ativismo acéfalo.

Diante destes possíveis impasses retomemos **percepções antigas e essenciais** da nossa CPT:

1. Os/as agentes da CPT, a partir dos conflitos que revelam a injustiça, a desigualdade e a agressão dos povos – da terra, da água, do cerrado, da caatinga e da floresta – são obrigados/as a refletir e a encarar, nas suas práticas, ulteriores conflitos e tensões:

1.1. Entre um saber que perpetua a ordem injusta e reforça a desigualdade e um saber que nos liberta e abre caminhos de transformação pessoal e social.

1.2. Entre um saber, que não renuncia aos paradigmas do progresso e do desenvolvimento e um saber que se preocupa com a fraternidade de todos os seres vivos.

1.3. Entre um saber apenas teórico que tem como objetivo reduzir a realidade e a sociedade à unidade e um saber aberto à complexidade e a irredutibilidade do real e do social a qualquer explicação e projeto totalizantes.

1.4. Entre um saber economicista e um saber ético.

1.5. Entre o saber crítico e o saber do senso comum. Isto dentro da herança do saber científico ocidental, que despreza o senso comum, como superstição a ser simplesmente superada.

---

<sup>11</sup> Com aportes de Ruben Siqueira e Sandro Galazzi.

- 1.6. Entre teologia do/da agente e a teologia dos “camponeses” que acompanham.
- 1.7. Entre a exegese bíblica que compactua com os sistemas e a exegese que encara o conflito, a partir dos pobres.
- 1.8. Entre a sua cultura-visão do mundo e a cultura-visão do mundo dos camponeses.
- 1.9. Entre a “paciência” dos pobres e a “impaciência” do agente.
- 1.10. Entre o querer dos pobres e o querer dos/das agentes.
- 1.11. Entre o protagonismo camponês e o nosso protagonismo.
- 1.12. Entre uma leitura localista e fragmentada da luta pela terra e a contextualização dela na história do País. E do planeta Terra.

### **Duas perguntas**

- A questão do saber nos interpela com relação à metodologia usada com as ferramentas críticas no processo de formação. É evidente a necessidade de mediações críticas, as das ciências chamadas humanas: a filosofia e a economia política; a poesia, a música, a literatura, as artes plásticas; a pedagogia; a sociologia; o olhar feminino e feminista; o direito; a geografia e a antropologia cultural e, transversal a todas estas disciplinas, a história. Mas fica a pergunta: como estas ferramentas se casam com as necessidades e as lutas dos pequenos?
- A questão do saber nos desafia também sobre o papel da assessoria na nossa caminhada. Quais assessores? Com quais características?

### **Ética e crítica**

- Esta consciência da diferença entre mediadores externos e “camponeses”, em níveis diferentes – dependendo da sua origem cultural -, deveria caracterizar o preparo espiritual, ético e crítico dos/das agentes da CPT.
- Esta consciência de que os lavradores/as não são somente marcados pela injustiça e pela desigualdade, mas também pela resistência cultural (ou não) às agressões da civilização capitalista modernizadora ou moderna, deveria estar no alicerce do projeto de formação do/da agente.
- Nossa proposta pastoral e política - motivada pela fé em Jesus e pela leitura da Bíblia a partir dos pobres e do conflito, ou pela consciência dos direitos humanos, ou pelo sonho do socialismo – é também fruto de uma modernidade ocidental, que se choca com as culturas e as religiosidades – entendidas como processos e não como “reliquias” ou “museus” – dos grupos que acompanhamos. Neste sentido, a título de exemplo escandaloso, vejamos quão orgânicas às culturas caboclas são as oligarquias brasileiras, que, objetivamente, são, ao mesmo tempo, modernizadoras, com relação aos instrumentos (democracia, grandes projetos, mídia, etc), e fieis à tradição do *estamento* e do apadrinhamento (que é algo mais profundo e enraizado do que o mero clientelismo); moderníssimas no uso monopolizado da mídia ou das reformas administrativas e programaticamente atrasadas nas chamadas políticas sociais.
- Tão ou mais orgânica às culturas caboclas é a religiosidade tradicional da “teologia da salvação e da retribuição”, a religiosidade do desejo, dos milagres, do sucesso, ou do bem-estar. Não vamos esquecer que as oligarquias brasileiras do campo são tradicionalmente religiosas e muito bem relacionadas com as igrejas. A dimensão profética nunca recebeu os aplausos das oligarquias, como também nunca recebeu os aplausos mais populares.
- A CPT pensa – e faz – formação para trabalhar a liberdade profética e crítica diante da sociedade, que continua marcada pela injustiça e pela desigualdade, de grupos humanos deixados às margens da história, mas deveria ter consciência da densidade cultural destes grupos e de como a sua proposta pode ser diferente e, às vezes, alternativa aos núcleos de valores e ao *ethos* destes grupos. Em suma, deveríamos ter a paciência histórica, que nos faz respeitar o protagonismo dos lavradores/as não só no que diz respeito a decisões políticas, mas também a “decisões” culturais e territoriais. São eles, que, ao se confrontarem também com a nossa proposta, estão dando um rumo ao barco das suas vidas e da história e nem sempre são meros figurantes de uma navegação decidida alhures.
- Talvez esta conjuntura, assim abordada, sugira-nos que as respostas possíveis, que estão sendo construídas, não caem estrita e somente dentro da reivindicação liberal da cidadania como direito individual, nem dentro de uma reivindicação coletivista generalizante (ambas são “noites em que todos os gatos são

pardos”), mas num esboço de uma “democracia cultural”, que incluiria todos os processos culturais e todas as concepções da terra como territórios: indígenas, caboclos, quilombolas, caatingueiros, seringueiros, ribeirinhos, agricultores, castanheiras, quebradeiras de coco, assalariados temporários e permanentes, etc, com todas as suas complexas e numerosas variáveis.

- É a partir desta abordagem multifacetada e interdisciplinar que alguns/umas companheiros/as da CPT definem os/as agentes como “generalistas”, em contraposição a quem gostaria que fossem antes de tudo “especialistas”...
- Podemos, assim, sintetizar a nossa abordagem sobre os agentes como sendo, ao mesmo tempo, ética e crítica. Ética, a partir de um mínimo denominador comum, compartilhado por todos e todas, independentemente da ideologia, que é o mandamento “não matarás” e a partir do horizonte utópico do serviço à vida. E crítica, a partir de uma multidisciplinariedade, que impede a redução da realidade e da sociedade a um único paradigma interpretativo. Diante da realidade complexa, só é competente o pensamento complexo – ensinava o sociólogo Pierre Bourdieu<sup>12</sup>.

### **Escuta, diálogo e sistematização**

- Tanto a ética como a crítica, dentro de uma disposição política para a luta pela justiça, pressupõem uma atitude de escuta – uma atitude de diálogo e outra de estudo. Atitudes que estariam bem encaminhadas pela prática constante da *sistematização*, que possibilita, interdependentemente, o consumo e a produção dos saberes.
- A escuta é uma das características básicas da espiritualidade do/da agente. Ele/ela é chamado/a a *escutar* o sofrimento e a esperança dos camponeses<sup>13</sup>. É convidado/a a escutar a maneira de ler e fazer a realidade, que caracteriza, de forma diferenciada, as comunidades acompanhadas.
- A escuta dos camponeses exige uma metodologia narrativa. As culturas “tradicionais” não são *cerebrativas*, mas sim *celebrativas*; não são conceituais, mas factuais; não é a racionalidade iluminista que prevalece, mas o símbolo, a poesia, a parábola, a metáfora, o conto, o teatro, a música, o gesto. Isto deveria orientar a nossa presença e o “gênero literário” do nosso diálogo com os camponeses.
- A escuta, como premissa indispensável do diálogo entre atores diferenciados, exige uma troca que não pode se resumir ao fluxo entre a visão e a leitura crítica dos agentes que se confrontam com o senso comum e os legados culturais dos pobres. Faz-se necessária uma troca em que, diante dos sofrimentos e dos obstáculos da luta, possa ser reforçada e semeada, devolvida a esperança.
- Diante deste quadro, o instrumento da sistematização de experiências recupera sentido, necessidade e urgência.

### **Atitude basista**

- O risco da escuta, deixada a si mesma, sem mais, é o que, desde sempre, chamamos de *basismo*. Trata-se, enfim, da mitificação dos sujeitos populares, da mitificação voluntarista do seu potencial “santo e transformador”. Os basistas tendem a esquecer que os seres humanos são diferentes e contraditórios, também quando pertencem à mesma classe ou grupo social.
- Os basistas esquecem que o todo, o global, as grandes questões planetárias e latino-americanas, estão na divisa das questões e dos enfrentamentos locais, ou estão mesmo aí implícitos. O basismo pode nascer de uma tentativa de solucionar, de forma virtual, o complexo de culpa que o ocidental – importado e de terceira geração que seja – tem com relação à hegemonia da globalização, herdeira do mais antigo colonialismo.
- O basismo é, porém, estéril e inconcludente. Além disto, o basismo, “batizando” os jeitos dos povos, exclui da pauta de reflexão e de construção de novas relações humanas questões importantes como as de gênero, de geração, de pessoa, etc. Também estéril, porque meramente emocional, é a escuta que nos confina aos primeiros passos – que são, porém, essenciais, porquanto constitutivos da presença e da convivência distintas da CPT, de uma evangelização encarnada, fiel ao “Deus dos pobres”: acolhida, simpatia, empatia, compaixão, partilha da vida do pobre.
- A escuta autêntica, ao contrário, provoca, a partir do estranhamento, dúvidas, perguntas e caminhos de pesquisas. O estranhamento crítico é uma exigência metodológica. E a sistematização é seu caminho.

---

<sup>12</sup> Pierre Bourdieu, *Contrafogos I – ensaios contra a avalanche neoliberal*, Rio de Janeiro, Zahar, ?

<sup>13</sup> “Eu ouvi os clamores do meu povo e desci para os libertar.” (Êxodo, ?)

- A escuta daqueles/as, que, desde sempre, foram condenados ao silêncio, nos abre para o diálogo entre os saberes das culturas e das economias marginalizadas e os saberes nossos, fruto da educação recebida pelo Estado, pelas igrejas, pelo nosso ambiente familiar e social. A nossa formação, em contato com a diferença, com a alteridade, sofre um choque saudável e interpelador. Move-nos para o diálogo entre ciências diferentes – umas marcadas pela opressão e pelo preconceito, outras crismadas pela ideologia dominante.

Neste sentido, seria interessante verificar, por exemplo, o que está significando, na prática da vida camponesa, a política governamental de todos os tipos de bolsas? Até que ponto a abordagem assistencialista é a abordagem aplaudida pelos/as camponeses/as? Esta contrapartida compensatória não seria o grande nó do enfrentamento (da ideologia) do neoliberalismo pelos camponeses pobres?

- O risco do agente externo, que tem uma visão conservadora da sociedade e da história, é uma abordagem assistencialista dos pobres e dos camponeses. E estes agentes, pelo visto, existem na CPT!

### **Risco do vanguardismo**

- Ao contrário, o risco do agente que tem uma postura reformista, ou radical, e até revolucionária, é uma visão pessimista das possibilidades dos camponeses de serem sujeitos da história. Trata-se daquela variante do vanguardismo, típico de certos militantes, que obedecem ao “catecismo” marxista, ignorando – junto aos camponeses, às vezes, definidos como *lumpen* – a complexidade da história.

- Sintoma do vanguardismo é o hábito de estigmatizar as contradições que se encontram no meio do povo como fruto de manipulação e cooptação. É indiscutivelmente autoritário e violento definir como alienação o que não bate com a nossa teoria...

- Vanguardistas são também os intelectuais que falam “ao” povo e “para” o povo e nunca tentaram aprender a arte difícil de falar “com” o povo.

- Trata-se, também, do vanguardismo das elites paulistas ou sulistas, controladoras do poder do Estado no Brasil, que, ignorando a especificidade das economias e das culturas tradicionais do Norte, do Noroeste e do Nordeste do País, destilam preconceitos e equívocos políticos e administrativos.

- Trata-se, enfim, do nosso típico vanguardismo de agentes, que, freqüentemente, queremos “fazer a cabeça” do povo, que, supostamente, não sabe nada...

- A atitude vanguardista repete a prática do colonialismo moderno, que nasceu com a chegada dos espanhóis e dos portugueses nestas terras. O processo de colonização é sempre precedido pela invenção do outro, pelo equívoco trágico de quem, afinal, é capaz de escutar só a si mesmo. A ocultação do pobre e da sua alteridade é o pecado original do colonizador.

### **Protagonismo de quem?**

- Esta reflexão sobre basismo e vanguardismo nos leva a discutir uma vez mais o que entendemos mesmo quando falamos de *protagonismo* dos camponeses/as – centro e objetivo de nossa missão metodológica. Protagonismo do/a camponês/a ou protagonismo de suas organizações – que não são exatamente a mesma coisa? E de qual de suas organizações, locais e comunitárias ou estaduais e nacionais? FETAGRI ou MST ou MPA? CONTAG ou VIA CAMPESINA? Como se mantêm isônomos os interesses nos diferentes graus? Este problema se dá, sobretudo, no espaço da formação de quadros. Por que a CPT deve ocupar o espaço da formação básica ou local ou subalterna e deixar que as organizações ocupem o espaço de formação dos quadros decisórios? E, hoje, mais problemático, ainda: qual a atitude da CPT quando corrupção, cooptação, desvio de recursos públicos acontecem dentro das organizações populares? Silêncio? Denúncia? Distanciamento?

- A exclusão da escuta está presente nas práticas oficiais da Igreja Católica, desde a chegada dos ibéricos. O tempo da Cristandade colonial foi o tempo da evangelização e da catequese impostas a um povo definido como infiel e ignorante. Hoje, a tentação de propor uma espécie de Neo-Cristandade está presente em setores da Igreja. É um projeto que, conscientemente, visa colocar Medellín, Puebla e Santo Domingos na lixeira da história. É um projeto que acaba, nas atitudes e nas práticas eclesiais, com a “opção preferencial evangélica dos pobres”. É um projeto do Império. Essas posturas, apesar das diferentes matrizes ideológicas, são inevitavelmente negadoras da alteridade. “Resolvem” o conflito da diferença, reafirmando uma identidade, que, desde sempre, é opressora e totalitária, seja ela eclesiástica, direitista ou esquerdista.

- O encontro com o “outro” deveria criar, como antídoto a toda forma de autoritarismo e colonialismo, a consciência do seu ser sagrado e da sua irredutibilidade. O encontro pode também favorecer os caminhos do diálogo, da troca e do confronto ético-crítico. E os caminhos da política, que supera os localismos, o imediatismo e a fragmentação. A descoberta da alteridade desafia, como na experiência de fé de Abraão, a nossa capacidade de ir além do vivido, e cria a possibilidade de conhecer e transformar o vivido, e transcender.
- A própria Bíblia é fonte deste estranhamento, como profecia permanente sobre as culturas. O próprio Jesus de Nazaré colocou-se profeticamente, não só contra os poderes do seu tempo, mas também contra os núcleos de valores, na Galiléia, como na Samaria, ou na Judéia, nas sinagogas, como no Templo de Jerusalém, que sustentavam estes poderes.
- Tudo isto exige uma metodologia que aposta na construção coletiva do conhecimento, em que a nossa assessoria e a nossa fala, a partir da nossa prática e do nosso olhar que a sistematiza, pesam mais do que a proposta da assessoria externa. Paulo Freire: *“Durante todos esses anos, eu aprendi a não estar tão certo das coisas. Isto é essencial”*. Conhecer e se libertar são processos coletivos.

### Estudo e sistematização

- Se nossa missão se constrói a partir da presença pastoral, da convivência, da escuta em diálogo com os camponeses, é evidente que o nosso estudo tem a sua motivação nas práticas camponesas e nas nossas práticas de agentes, levando em conta todas as dimensões dos sujeitos envolvidos: a fé, a cultura, a roça, desejos, sonhos e expectativas, as expressões musicais e artísticas, as tradições organizativas e jurídicas populares e institucionais, a dependência cultural e política, o domínio das preocupações com o cotidiano na vida dos pobres, a tensão entre este cotidiano (o local) e os processos econômicos, sociais e políticos que perpassam a sociedade (o global)...

Pensamento universal e agir concreto	=	caminho
Pensamento universal e agir universal	=	sonho utópico
Pensamento concreto e agir concreto	=	assistencialismo
Pensamento concreto e agir universal	=	não sai do lugar

O nosso estudo está sempre ligado às práticas. Estudamos, num processo permanente de formação, para voltar ao campo mais preparados/as para escutar e dialogar com os/as camponeses/as; mais capazes de fazer casamentos entre ciências diferentes; mais capazes de contribuir para a articulação, a mobilização e a luta dos camponeses/as.

Conclui-se que somos chamados a desenvolver o hábito de sistematizar, por escrito, as nossas práticas, num processo permanentemente aberto à crítica e à discussão.

*“A metodologia da práxis (ação – reflexão – nova ação) requer a prática da leitura e sistematização. Ou seja, os/as próprios/as agentes precisam se equipar para poder sistematizar experiências, elaborar reflexões e, em síntese, se tornar produtores de conhecimento. Do contrário continuarão como consumidores”* (Plano Nacional de Formação / 2002).